



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

LARISSA SAUANE MELQUIADES DA ROCHA PEREIRA

**GERENCIAMENTO DE RESULTADOS ORÇAMENTÁRIOS MUNICIPAIS EM
PERÍODOS ELEITORAIS: AS CARACTERÍSTICAS DOS GESTORES
IMPORTAM?**

RECIFE - PE

2024

LARISSA SAUANE MELQUIADES DA ROCHA PEREIRA

**GERENCIAMENTO DE RESULTADOS ORÇAMENTÁRIOS MUNICIPAIS EM
PERÍODOS ELEITORAIS: AS CARACTERÍSTICAS DOS GESTORES
IMPORTAM?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico - CCSA, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis. Área de concentração: Informação Contábil.

Orientador: Prof. Dr. Vinícius Gomes Martins

RECIFE -PE

2024

LARISSA SAUANE MELQUIADES DA ROCHA PEREIRA

**GERENCIAMENTO DE RESULTADOS ORÇAMENTÁRIOS MUNICIPAIS EM
PERÍODOS ELEITORAIS: AS CARACTERÍSTICAS DOS GESTORES
IMPORTAM?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico – CCSA, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis. Área de concentração: Informação Contábil.

Aprovado em: 08/03/2024.

BANCA EXAMINADORA

Participação via videoconferência

Profº. Dr. VINICIUS GOMES MARTINS (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via videoconferência

Profº. Dr. FERNANDO GENTIL DE SOUZA (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via videoconferência

Profº. Dr. DIMAS BARRETO DE QUEIROZ (Examinador Externo)
Universidade Católica do Chile

À Maria.

AGRADECIMENTOS

O presente estudo foi realizado através do termo de convênio e parceria entre o Instituto Federal da Bahia e a Universidade Federal de Pernambuco.

RESUMO

Esta pesquisa visa investigar se as características de gênero, idade, educação formal e experiência prévia dos gestores municipais interferem na relação do gerenciamento de resultados orçamentários com o ciclo eleitoral. O cenário empírico para análise abarca municípios baianos e as características observadas dos prefeitos foram gênero, idade, experiência funcional e educação formal. Para esse fim, utilizou-se regressões de dados em painel com efeitos fixos, com dados de 2015 a 2022. Como *proxy* para o gerenciamento de resultados foram utilizados *accruals* orçamentários discricionários. As evidências encontradas mostram que, em termos médios, há uma maior probabilidade dos prefeitos baianos do gênero masculino se envolverem em gerenciamento de resultados orçamentários durante o ciclo eleitoral, em específico, no ano pré-eleitoral. Os resultados também sugerem que prefeitos mais novos, independente do gênero, em anos pré-eleitorais, possuem maior inclinação para a prática de gerenciamento de resultados orçamentários. Entretanto, não houve evidências estatísticas significantes para inferir sobre os possíveis efeitos das características experiência prévia em gestão e formação em ensino superior. Conclui-se que a capacidade explicativa da escolha contábil oportunista aumenta quando o ciclo eleitoral e as características observáveis de gênero e idade é considerado na análise, englobando condições econômicas e fatores comportamentais.

Palavras-chave: *accruals* orçamentários; gerenciamento de resultados no setor público; ciclos políticos orçamentários; teoria dos escalões superiores; governos locais.

ABSTRACT

This research aims to investigate whether the characteristics of gender, age, formal education and previous experience of municipal managers affect the relationship between the budget earnings management and the electoral cycle. The empirical framework for analysis includes municipalities in Bahia and the observed characteristics of the mayors were gender, age, functional experience and formal education. For this purpose, panel data regressions with fixed effects were used, with data from 2015 to 2022. As a proxy for earnings management, discretionary budget accruals were used. The evidence found shows that, on average, there is a greater probability of male mayors's Bahia being involved in managing budgetary results during the electoral cycle, specifically, in the pre-election year. The results also suggest that younger mayors, independently of gender, in pre-election years, are more inclined to practice budget results management. However, there was no significant statistical evidence to infer the possible effects of the characteristics of previous experience in management and instruction in university education. It is concluded that the explanatory capacity of the opportunistic accounting choice increases when the electoral cycle and the observable characteristics of gender and age are considered in the analysis, include economic conditions and behavioral factors.

Keywords: budget *accruals*; results management in the public sector; budgetary political cycles; upper echelons theory; local governments.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Seleção da amostra (balanceada e não balanceada)	20
Tabela 2 -	Estatísticas descritivas das variáveis quantitativas relativas às estimativas de gerenciamento de resultados orçamentários anormais	28
Tabela 3 -	Estatísticas descritivas das variáveis qualitativas do estudo	29
Tabela 4 -	Correlações das variáveis orçamentárias	30
Tabela 5 -	Gerenciamento de resultados orçamentários frente ao período eleitoral	31
Tabela 6 -	Impacto das características observáveis dos prefeitos nos accruals discricionários	33
Tabela 7 -	Interação das características observáveis dos prefeitos com o ciclo eleitoral	36

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 BASE TEÓRICA	12
3 REVISÃO DE LITERATURA E HIPÓTESES	14
3.2 Ciclos eleitorais	16
3.3 Características dos gestores.....	18
3.3.1 <i>Gênero</i>	19
3.3.2 <i>Idade</i>	19
3.3.3 <i>Experiência prévia</i>	20
3.3.4 <i>Educação formal</i>	21
4 ESTRATÉGIA METODOLÓGICA	21
4.1 Amostra e coleta de dados.....	21
4.2 Variáveis da pesquisa	23
4.3 Análise Econométrica.....	26
5 RESULTADOS E DISCURSSÕES.....	29
5.1 Estatísticas descritivas.....	29
5.2 Resultados dos Modelos Econométricos	32
6. CONCLUSÕES.....	39
REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

A qualidade da informação contábil está intrinsecamente ligada ao nível e à maneira como a discricção é operacionalizada. Nesse cenário, pesquisas recentes têm se dedicado a elucidar as diversas formas pelas quais essa operacionalização da discricção ocorre, especialmente quando utilizada com a intenção de distorcer a realidade contábil-financeira em governos subnacionais, configurando o fenômeno conhecido como gerenciamento de resultados (Stalebrink, 2007; Santos et al., 2012; Silva, 2018; Drew, 2018; Cohen et al., 2019; Baldissera et al., 2019; Queiroz et al., 2019; Costa & Leão, 2021; Silva & Freire, 2021; Bisogno & Donatella, 2022).

O gerenciamento de resultados é definido por Donatella e Tagesson (2021) quando a discricção é utilizada de forma oportunística nos relatórios financeiros com a finalidade de ajustar o desempenho. No setor público, o gerenciamento de resultados ganha uma magnitude ainda maior, dado que suas implicações têm o potencial de repercutir em toda a sociedade (Costa & Gartner, 2015). As manipulações contábeis realizadas por prefeitos além de impactar a qualidade da informação contábil dos municípios, também exercem influência nas decisões e percepções dos cidadãos, e conseqüente embaraço a governança e transparência.

Dentre os fatores associados ao gerenciamento de resultados no setor público, os incentivos políticos têm um papel significativo, conforme demonstrado nos estudos de Kido et al. (2012), Ferreira et al. (2013) e Costa e Leão (2021), ao destacar a associação do uso de práticas contábeis discricionárias pelos políticos ao ciclo eleitoral, com vistas à permanência no poder. Nesse sentido, há um crescente esforço por parte dos pesquisadores em constatar a relação entre o ciclo político eleitoral e a manipulação do orçamento, principal instrumento de execução de políticas públicas (Bartoluzzio et al., 2018; Queiroz et al., 2019; Bartoluzzio & Anjos, 2020; Araújo et al., 2023).

Diante da relevância desse tema, as pesquisas acerca do gerenciamento de resultados no setor público condicionado ao ciclo eleitoral têm experimentado um notável crescimento, embora muitos estudos se concentrem na identificação de práticas isoladas, em detrimento da compreensão dos múltiplos fatores associados (Sakurai & Menezes-Filho, 2011; Ferreira et al., 2013; Anessi-Pessina & Sicilia, 2020; Donatella & Tagesson, 2021; Bisogno & Donatella, 2022; Grossi et al., 2023). Convém destacar que, apesar do aumento na produção acadêmica, ainda são escassas as investigações que se debruçam sobre as idiosincrasias dos responsáveis pelo processo gerencial. A compreensão mais detalhada das peculiaridades individuais desses

tomadores de decisão é fundamental para uma análise abrangente e precisa do fenômeno do gerenciamento de resultados no contexto do setor público municipal.

Nesse cenário, se faz oportuno incorporar uma perspectiva comportamental à abordagem racional que a teoria econômica traz na análise do fenômeno contábil que é o gerenciamento de resultados, afinal, o comportamento oportunista é viabilizado através de decisões gerenciais estratégicas. Nesse sentido, a teoria dos escalões superiores pode contribuir para examinar o impacto das características demográficas em ações manipulativas, admitindo-se que estas não são totalmente racionais, ao permitir vincular conceitualmente como essas características são refletidas na escolha contábil oportunista em governos locais. As decisões gerenciais possuem embasamento empírico na teoria dos escalões superiores, embora essa comprovação ainda não tenha sido amplamente aplicada à contabilidade (Anessi-Pessina & Sicilia, 2020). Portanto, é necessário explorar mais profundamente a interseção entre as teorias para uma compreensão abrangente desse fenômeno.

Os fatores que podem explicar o comportamento oportunista no contexto do gerenciamento de resultados no âmbito municipal se revelam, portanto, um tema de grande interesse para os pesquisadores, uma vez que não há um consenso teórico e empírico estabelecido sobre todos os determinantes que levam os gestores públicos a manipularem os números contábeis, tampouco se suas características individuais colaboraram para uma maior inclinação para a prática oportunista, dado o incentivo eleitoral. Essa falta de consenso reflete uma carência de evidências empíricas robustas nessa área de estudo (Bisogno & Donatella, 2022). Visando contribuir para a mitigação dessa lacuna, esta pesquisa tem como **objetivo investigar se as características de gênero, idade, educação formal e experiência prévia dos gestores municipais interferem na relação do gerenciamento de resultados orçamentários com o ciclo eleitoral.**

A escolha por governos locais se dá pela homogeneidade que a organização político-administrativa brasileira oferece, uma vez que os municípios, através do autogoverno, possuem múltiplas responsabilidades administrativas (Grin & Abrucio, 2019). Os prefeitos são, junto com os vereadores, os políticos mais próximos ao cidadão brasileiro e suas ações impactam diretamente na vida da população em geral, pois são responsáveis por executar ações relativas a saúde, educação, transporte público, infraestrutura urbana, segurança, entre outros serviços e políticas públicas de interesse local.

O contexto de aplicação desta pesquisa foi os municípios baianos. O estado da Bahia é o quarto colégio eleitoral brasileiro, sendo em 2020 a sétima economia nacional. Apesar de tamanha dimensão geográfica, se tornando o quarto estado mais populoso com quatrocentos e

dezessete municípios (SEI Bahia, 2024), o estado possui disparidades na distribuição populacional, como por exemplo o fato de 42,3% da população baiana estar concentrada em apenas 18 cidades, além de outras desigualdades sociais graves, o que o coloca na 22ª posição no país no Índice de Desenvolvimento Humano Médio - IDH em 2021. Ao analisar os indicadores e associá-los a conjuntura na qual o estado da Bahia está inserido, enquanto democracia recente, nota-se uma contínua consolidação na autonomia da população em escolher seus representantes. Na perspectiva em análise, o contexto sociodemográfico pode se tornar potencialmente impulsionador para o gerenciamento de resultados, uma vez que em cenários desse tipo os eleitores podem se tornar teoricamente mais inclinados a sofrer manipulação contábil oportunista por parte dos políticos (Sakurai & Menezes-Filho, 2011).

Em que pese o período eleitoral tenha relevância no gerenciamento de resultados, mostra-se evidente neste estudo que essa relação subjacente pode ser intensificada ou atenuada, dada certas características dos gestores, trazendo outros elementos para uma melhor compreensão desse fenômeno. Portanto, esta pesquisa traz uma importante contribuição de análise para a literatura ao considerar uma perspectiva multifatorial, na qual foi possível evidenciar empiricamente que as características observáveis gênero e idade são relevantes para fornecer informação contábil de qualidade no governo local. Ademais, órgãos de controle e reguladores podem utilizar os achados para analisar os critérios de risco sobre o gerenciamento de resultados, além de uma possível contribuição para o aprimoramento da atuação dos órgãos.

Esta dissertação está estruturada da seguinte forma: introdução, que trouxe os aspectos mais amplos sobre o trabalho; base teórica, que discutiu a teoria dos ciclos orçamentários políticos e a teoria dos escalões superiores. Na sequência, foi feita a revisão de literatura e desenvolvimento das hipóteses testadas; seguindo houve a apresentação da estratégia metodológica, em que foi apresentado o cenário empírico, as variáveis e os modelos de análise. A seção resultados e discussões reporta os resultados e interpreta-os a partir das hipóteses formuladas. Por fim, a conclusão que traz um apanhado sobre a pesquisa com destaque para as limitações e sugestões para pesquisas futuras.

2 BASE TEÓRICA

No contexto do setor público, vários estudiosos utilizam a Teoria dos Ciclos Orçamentários Políticos ao prever e explicar o comportamento do gerenciamento de resultados (Bartoluzzio et al., 2018; Queiroz et al., 2019; Bartoluzzio & Anjos, 2020; Araújo et al., 2023).

Os pressupostos básicos dessa teoria, conforme descrito no artigo seminal de Roggoff (1990), é que os políticos atuam ao modificar a política fiscal e de gastos para impactar despesas de consumo e investimentos que são facilmente perceptíveis em períodos pré-eleitorais para melhorar sua imagem ante aos eleitores, culminando em uma postura cíclica por parte dos políticos que estão no poder.

A teoria busca aprimorar a Teoria dos Ciclos Políticos de Negócios, ao admitir a racionalidade dos eleitores e políticos. Nesse sentido, a teoria dos ciclos políticos utiliza da premissa que o principal objetivo do político é se reeleger ou melhor, manter-se no poder.

Na tentativa de se manter no poder, o político eleito pode utilizar os relatórios financeiros e orçamentários para reportar sua competência ao eleitor e utilizar dessa premissa para favorecimento pessoal, causando uma assimetria temporária da informação (Rogoff, 1990) e ao mesmo tempo maculando a qualidade da informação contábil e transparência.

Contudo, Drazen (2000), ao avaliar o modelo dos ciclos políticos, afirma que o comportamento humano é complexo e não pode ser facilmente explicado por suposições simplificadas. O que possibilita especular que o ciclo político não é o único determinante para a manipulação de resultados. Neste contexto, a teoria dos escalões superiores se faz útil, ao analisar como as características observáveis dos prefeitos podem interferir na execução orçamentária.

Portanto, conforme sugerido anteriormente, assume-se nesta pesquisa que o período eleitoral não é o único determinante para a manipulação de resultados. Para referendar tal ideia, utiliza-se a perspectiva de Anessi-Pessina e Sicilia (2020), ao afirmar que a teoria dos escalões superiores admite uma limitação na racionalidade do indivíduo tomador de decisões.

A teoria dos escalões superiores anuncia que cada agente toma as decisões de uma maneira diferente, de acordo com a sua individualidade, sendo influenciado por suas características individuais observáveis, ainda que os relatórios financeiros possuam uma limitação institucional quanto à descrição das escolhas (Donatella & Tagesson, 2021). Nessa esteira, a teoria dos escalões superiores possui duas premissas para interpretá-la: os altos executivos agem estrategicamente conforme suas interpretações e as características individuais observáveis podem ser utilizadas para traduzir aspectos cognitivos dos altos executivos, uma vez que o perfil demográfico dos altos executivos pode influenciar os resultados da empresa (Hambrick, 2007).

A teoria dos escalões superiores é aplicável a papéis de alto nível hierárquico, com uma demanda alta de trabalho e de decisões. Segundo Hambrick e Mason (1984), as bases cognitivas dos principais executivos refletem suas organizações como um todo, principalmente seus

resultados. Ao analisar o quanto as escolhas estratégicas impactam nos resultados das organizações, os autores perceberam que quanto mais discricção gerencial tiver uma escolha e quanto maior a demanda de trabalho que o alto executivo estiver sujeito, melhor previsão terá através da teoria dos escalões superiores.

As demandas de trabalho sejam por desafios de tarefa, desempenho ou até mesmo por aspirações eleitorais influenciam o nível de automatização. Desta forma, quanto maior o nível de automatização, maior a influência da base cognitiva sobre as escolhas estratégicas feitas pelos prefeitos. Entre as escolhas estratégicas, exemplifica-se, a decisão do prefeito em gerenciar os resultados orçamentários por restos a pagar, não apresentando fielmente a execução orçamentária daquele exercício.

Assim, nota-se que gerenciar resultados orçamentários é uma escolha estratégica baseada em decisões políticas frente ao pleito eleitoral, que são influenciadas, também, por suas interpretações pessoais, carregadas de valores e comportamentos (Hambrick & Mason, 1984).

Desta forma, a contextualização teórica adotada permite inferir que o gerenciamento de resultados é um mecanismo através do qual os gestores municipais maximizam sua utilidade, ao decidir, pelos cidadãos, como reportar a imagem financeira dos governos locais. Entretanto, reforça-se que nessa decisão, há um certo nível de discricção e ao realizar escolhas contábeis, o prefeito, enquanto gerente do executivo municipal, é permeado por suas características individuais que moldam as ações gerenciais para além do óbvio - maximizar a utilidade.

3 REVISÃO DE LITERATURA E HIPÓTESES

3.1 Gerenciamento de resultados orçamentários

O gerenciamento de resultados é uma área de pesquisa amplamente discutida e comprovada no setor privado, em especial em companhias abertas (Jensen & Meckling, 1976; Dechow et al., 1995; Healy & Wahlen, 1999; Fields et al., 2001; Watts, 2003; Roychowdhury, 2006; Paulo, 2007; Martinez, 2013). Tal fato inspirou outros autores a pesquisar o fenômeno no setor público (Stalebrink, 2007; Cohen et al., 2019). Inicialmente, a maioria das pesquisas foi realizada em empresas estatais, que, devido à sua natureza de direito privado, assemelham-se ao mercado de capitais (Bisogno & Donatella, 2022). Posteriormente, em governos nacionais e governos locais, com maior escassez.

Em governos locais, o gerenciamento de resultados ocorre quando os prefeitos utilizam a descrição contábil para produzir relatórios contábeis que ajustam a imagem do município com a intenção de não corresponder a realidade. Mas, para existir um gerenciamento de resultados bem-sucedido, Fields et al. (2001) advertem que deve existir um usuário que não perceba seus efeitos. Condição comum no contexto dos governos locais, onde parece que os políticos são recompensados por gerenciar resultados, conforme Nakaguma e Bender (2010).

Ainda no contexto dos governos locais, Pilcher (2011), relata que, ao utilizar seu arbítrio possível, a administração do governo local ajusta as contas que utilizam o regime de competência para alterar as contas que utilizam o regime de caixa, de forma intencional, e assim obter um duplo benefício: para o próprio governo local e/ou de ganho pessoal, praticando assim a manipulação de resultados. Nessa lógica, Donatella e Tagesson (2021) definem o gerenciamento de resultados quando a descrição é utilizada de forma oportunística nos relatórios financeiros com a finalidade de ajustar o desempenho.

Ressalta-se que não há na literatura sobre o tema, consenso sobre as benesses ou malefícios da utilização da manipulação. Os defensores indicam que o gerenciamento de resultados envolve uma descrição positiva dos negócios e posição financeira (Harris et al., 2019) contudo, existem os críticos que veem a contabilidade criativa de forma pejorativa, pois trata-se de modificação da informação com o intuito de enganar, embora não deva ser confundida com fraude, visto que esta ocorre à margem da lei e aquela dentro dos normativos contábeis (Silva, 2018). Ademais, apesar do gerenciamento de resultados ter sua reversão ao longo do tempo, ele prejudica a qualidade da informação, ainda que temporariamente.

Considerando que de maneira geral há uma crise mundial e, mais especificamente, o Brasil passa por um estresse fiscal (Aquino et al., 2020) adicionado a um contexto de democracia recente, o gerenciamento de resultados pode ser uma forma de lidar com longos períodos de crise. Além disso, por tal prática possibilitar a responsabilidade dos governantes, cada vez mais individualizada, o tema tem recebido bastante atenção dos pesquisadores (Anessi-Pessina & Sicilia, 2020).

O gerenciamento de resultados ocorre nas ações que podem ser estimadas, sempre quando há flexibilidade contábil. Sua detecção no setor público, tanto a nível macro, quanto em governos subnacionais tem ocorrido com êxito por parte dos pesquisadores, através de diversas formas, considerando as dimensões contábeis, orçamentárias e fiscais.

Em alguns estudos, são utilizados os modelos de estimação das práticas oportunistas da área privada, com algumas adaptações ao cenário das contas públicas, a exemplo de Stalebrink (2007), Pilcher (2011), F. R. Ferreira e Costa, (2011), Santos et al. (2012), Ferreira et al. (2013)

e Costa e Leão (2021). Há também o desenvolvimento, ainda que escasso (Bisogno & Donatella, 2022), de modelos para detecção das manipulações pensados para o contexto do setor público, como os aplicados nos trabalhos de Santos et al. (2012), Stalebrink (2007), Sakurai e Menezes-Filho (2011) e Anessi-Pessina e Sicilia (2015).

Em governos que utilizam uma contabilidade baseada no regime de caixa para as receitas, há evidências de que elas são estimadas de forma otimista e possibilitam a utilização de maior número de despesas, assim, a deturpação da receita se mostra um efetivo instrumento de manipulação (Anessi-Pessina & Sicilia, 2020).

Outra forma de identificar manipulação de resultados é observar o comportamento das despesas públicas em seus diversos aspectos. Gastos com despesas de capital têm se mostrado uma das principais formas utilizadas pelos gestores para gerenciar resultados, como apontam Queiroz et al. (2019) ao evidenciar a alteração na composição dos gastos públicos de modo a utilizar mais gastos com investimentos em governos estaduais brasileiros, assim como Crispim et al. (2021) que observaram movimento semelhante em municípios brasileiros.

No contexto brasileiro, os resíduos das despesas empenhadas, que não são executadas no exercício social, podem ser levados para execução futura ou não, no ano posterior. A esse artifício previsto pela legislação dá-se o nome de restos a pagar, ou seja, carregam-se as dotações orçamentárias de um ano a outro, fenômeno conhecido como *carry-over*. Nesse sentido, fazer uso do *carry-over* tem sido comumente utilizado pelos gestores de modo a criar um orçamento paralelo. Desta forma, o gestor dispõe do orçamento do ano corrente e dos restos a pagar carregados dos anos anteriores para executar as políticas públicas em favor da população ou não (Aquino & Azevedo, 2017).

Portanto, o orçamento apresenta-se como cenário para que os gestores possam utilizar a discricionariedade a seu favor, de diversas maneiras. Em específico, o *carry-over* tem sido usado como *proxy* para observar as manipulações com finalidades eleitoreiras (Ier Dos Santos Filho et al., 2009; Silva, 2018; Silva & Freira, 2020; Araújo et al., 2023).

3.2 Ciclos eleitorais

O período eleitoral é o momento em que os cidadãos podem exercer da maneira mais efetiva possível a avaliação dos políticos. Não obstante, há a possibilidade de ocorrer uma analogia com o mercado de capitais, quando há uma tendência de aumento de gerenciamento de resultados em momentos que os administradores serão avaliados, como *management buyouts* e oferta pública de ações, conforme evidenciam Healy e Wahlen, (1999).

Recentemente, o interesse dos pesquisadores tem caminhado no sentido de investigar o impacto do ciclo político e competição política no comportamento oportunista dos gestores públicos, e, também, como as crises e mudanças regulatórias fiscais têm sido utilizadas como incentivo para atingir o equilíbrio das contas através da manipulação de resultados. Além disso, os estudos mais inovadores têm acrescentado motivações sociais como contraponto ao egoísmo do gestor (ler Ríos et al., 2017; Drew, 2018; Donatella, 2019; Silva & Freire, 2020; Donatella et al., 2023 e Wang et al., 2023).

Os ciclos eleitorais são uma especificidade do setor público e há demonstração empírica de que eles influenciam na performance das demonstrações financeiras dos governos locais, a exemplo do aumento das despesas correntes dos municípios brasileiros, em anos eleitorais e pós eleição (Sakurai & Menezes-Filho, 2011). Entretanto, este resultado não se demonstra certo em todas as pesquisas, como em departamentos do governo australiano, onde o gerenciamento contábil independe da remuneração dos executivos bem como da mudança de gestor (F. R. Ferreira & Costa, 2011).

Assumindo que o político gerencia resultados para aparentar uma boa gestão e se manter no poder, é possível entender que o gerenciamento de resultados é maior nos municípios em que o prefeito é reeleito do que nos municípios onde o prefeito é eleito pela primeira vez e que o ano eleitoral e pré-eleitoral podem estimular a manipulação contábil, conforme resultados de Cohen et al. (2019). Desta forma, em anos pré-eleitorais os políticos aumentam os gastos, gerando um déficit orçamentário e ocasionando, por conseguinte, um ano pós-eleitoral de restrição orçamentária (Ferreira et al., 2013).

Em regra, as pesquisas sobre gerenciamento de resultados, no Brasil, concentram-se em verificar a correlação entre o ciclo eleitoral e a prática de gerenciamento de resultados (Sakurai & Menezes-Filho, 2011; Ferreira et al., 2013, Bartoluzzio & Anjos, 2020), a exemplo, das conclusões de Costa e Leão (2021), que identificaram padrões de comportamento dos gestores municipais e sua relação com ciclos eleitorais e de Araújo et al. (2023), ao constatar um comportamento cíclico no tocante à execução do orçamento nos municípios brasileiros.

As motivações que levam os prefeitos municipais à manipulação de resultados são variadas, como em qualquer comportamento humano, e podem ser tangenciadas por fatores político, econômico, além de seus próprios interesses. Nessa perspectiva, os gestores podem encontrar motivos para administrar adequadamente os recursos públicos e prestar informações semelhantes aos administradores de companhias privadas (Cohen et al., 2019).

Contudo, a maior parte dos pesquisadores acredita que, apesar de não existir lucro financeiro no setor público, a vontade de permanecer no poder dos políticos é suficiente para

realizar escolhas maximizadoras de sua utilidade, visto que o objetivo dos municípios consiste na sustentabilidade para o futuro e não para o lucro (Ferreira et al., 2013; Baldissera et al., 2020). Resultado demonstrado por Costa e Leão (2021), através de análises nos municípios brasileiros, sinalizou que os comportamentos oportunistas em anos eleitorais possuem o objetivo de maximizar os votos.

Os ciclos eleitorais se repetem, em regra, de quatro em quatro anos nos municípios brasileiros. Adiciona-se ao fato de que, em governos locais, há uma competição política alta, o que favorece a qualidade da informação contábil (Bartoluzzio & Anjos, 2020). Portanto, é possível observar períodos de crises econômicas seguidos de períodos de prosperidade, em que há um ciclo que é contornado pela eleição de governantes.

No contexto desta pesquisa, estima-se que os ciclos eleitorais sejam um incentivador político para o gerenciamento de resultados orçamentários, que possibilite mudança no comportamento do prefeito ao utilizar os recursos das despesas em restos a pagar, no período pré-eleitoral e eleitoral, o que fundamenta a seguinte hipótese:

H1: o ano pré-eleitoral influencia positivamente os *accruals* orçamentários discricionários enquanto que o ano eleitoral os influencia negativamente.

3.3 Características dos gestores

A investigação para explicar o engajamento dos gestores públicos em práticas oportunistas tem se baseado em motivações tradicionais, a exemplo dos funcionários públicos serem motivados a gerenciar resultados para obter benefícios econômicos e políticos, assim como em empresas privadas (Stalebrink & Donatella, 2021). Entretanto, estudos recentes reconhecem incentivos subjacentes do setor público (Pilcher, 2011). Portanto, admite-se nesta pesquisa a investigação das características observáveis dos prefeitos no impacto da manipulação do orçamento.

Os prefeitos são agentes importantes no contexto municipal e ditam o ritmo da execução orçamentária. Ainda que o ambiente político tenda a capturar um tipo de perfil para concorrer às eleições, observar as idiosincrasias dos prefeitos é importante, pois segundo Pilcher (2011) tais características podem também explicar o comportamento oportunista dos indivíduos.

Neste estudo, serão analisadas as características observáveis para traçar o perfil dos prefeitos, as quais podem ser utilizadas para compreender os componentes cognitivos que podem incentivar a manipulação contábil. De acordo com a classificação de Hambrick e Mason

(1984), esta dissertação investiga quatro dessas variáveis: gênero, idade, experiência funcional e educação formal do prefeito.

3.3.1 Gênero

O interesse por verificar se e como o gênero dos prefeitos está associado ao gerenciamento de resultados é crescente na área de estudos sobre qualidade da informação contábil, pois a literatura tem buscado associar o gênero como variável que pode ser traduzida à tolerância da exposição ao risco.

O comportamento oportunista pode ser encarado como audacioso, e, apesar de existir pouca literatura sobre o tema, há consenso na teoria de que as mulheres são mais prudentes ao risco do que os homens (Anessi-Pessina & Sicilia, 2019; Kim, 2021). De forma diversa, os estudos de Donatella & Tagesson (2021) contradizem o entendimento comum, ao inferir empiricamente que o gênero não está relacionado à probabilidade da escolha oportunista dos prefeitos suecos.

Os resultados são heterogêneos sobre a exposição ao risco estar atrelado ao gênero. Parte dessas conclusões podem estar atreladas ao fato de que os estudos realizados não levam em consideração a desigualdade salarial entre homens e mulheres e quando considerados e testados, tem-se que o efeito da equidade de remuneração domina o efeito do gênero, em gerenciamento de resultados (Harris et al., 2019). No contexto desta pesquisa, este efeito pode ser verificado com mais clareza, uma vez que para o cargo do chefe do executivo municipal há uma relativa equidade salarial, devido a remuneração ser estabelecida através da legislação.

Ademais, na realidade brasileira a participação das mulheres nos governos locais ainda é incipiente (Avellanda & Gomes, 2022) e existem poucos esforços dos governos para difundir a participação da mulher na política (Da Silva et al., 2016). Deste modo, faz-se necessário medir os efeitos do gênero e perceber se há impacto nas manipulações contábeis em virtude de tal característica, dado que há uma predominância de homens eleitos para ocupar cargos do executivo municipal. Portanto, levanta-se a seguinte hipótese:

H2a: Os prefeitos do gênero masculino terão maior inclinação de se envolverem em gerenciamento de resultados orçamentários no período do ciclo eleitoral.

3.3.2 Idade

Hambrick e Mason (1984) informam que, enquanto executivos mais novos estão dispostos a assumir uma postura mais arriscada e inovadora, os mais velhos estão associados positivamente a posturas mais conservadoras, ou seja, as ações tendem a ser mais cautelosas.

As pesquisas no contexto dos governos subnacionais que tratam sobre esse aspecto ainda estão em evolução. Outros estudos prévios trataram o aspecto da idade para explicar a qualidade da informação contábil (Avellanda & Gomes, 2016; Rakhman & Wijayana, 2019; Kim, 2021; Rasteiro, 2023), entretanto, ainda não há uma definição teórico/empírica clara nos governos locais, nos quais a faixa etária dos gestores é ampla e não há limitação de idade para exercer o mandato.

Com base no afirmado acima, segue-se a hipótese:

H2b: os prefeitos mais novos terão uma maior inclinação de se envolverem em gerenciamento de resultados orçamentários no período do ciclo eleitoral.

3.3.3 Experiência prévia

A experiência prévia pode contribuir para traduzir o capital humano dos prefeitos. Hambrick e Mason (1984) admitem que há alguma influência da área que o gestor trabalhou anteriormente em suas escolhas estratégicas.

Apesar de não estar diretamente envolvidos com o preparo dos relatórios financeiros e orçamentários, Rakhman e Wijayana (2019) admitem que prefeitos mais experientes possuem uma tendência de cuidar melhor da qualidade da informação contábil, uma vez que teoricamente está capacitado ao cumprimento das normas.

É possível perceber que os prefeitos com experiência profissional prévia que exige formação na área de negócios, como: contadores, administradores e economistas tendem a observar com mais prudência as regras. Segundo Hambrick e Mason (1984), os gestores formados em negócios fazem escolhas mais estratégicas do ponto de vista orçamentário, com decisões mais rigorosas e complexas.

Outrossim, aqueles que já exerceram mandato eletivo, estão mais acostumados à legislação orçamentária do que aqueles que não possuem tal vivência. A experiência no contexto político pode exercer influência no desempenho dos governos locais (Kim, 2021).

Dessa maneira, surge a seguinte hipótese de pesquisa:

H2c: os prefeitos com experiência prévia em gestão terão maior inclinação de se envolverem em gerenciamento de resultados orçamentários no período do ciclo eleitoral.

3.3.4 Educação formal

O nível de educação do gestor pode indicar a sua base de competência (Hambrick & Mason, 1984) ou mesmo o nível de profissionalismo da gestão (Kim, 2021). Presume-se que, ao ter um nível de instrução formal maior, o prefeito tende a observar mais às regras orçamentárias, suas escolhas estratégicas serão mais qualificadas e conseqüentemente manejará melhor o orçamento.

Segundo a Constituição Federal (1988), para se candidatar a prefeito é necessário ser alfabetizado, ou seja, saber ler e escrever. Logo, não há exigência de formação mínima para ocupar o cargo máximo do executivo municipal. Neste sentido, importa a este estudo verificar se o prefeito eleito possui ensino superior, ainda que incompleto, quando autodeclarado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e quais as implicações dessa informação.

Pelos motivos acima elencados, elabora-se a seguinte hipótese de pesquisa:

H2d: os prefeitos com formação em ensino superior terão menor inclinação de se envolverem em gerenciamento de resultados orçamentários no período do ciclo eleitoral.

4 ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

4.1 Amostra e coleta de dados

Esta pesquisa tem como população o universo de 417 prefeituras dos municípios baianos. A amostra abarca todos os municípios que encaminharam saldos válidos de restos a pagar no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) ao Tesouro Nacional através do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SINCONFI). Foram excluídos municípios que não declararam nenhum tipo de dados referentes aos restos a pagar; e outros que, mesmo declarando, o fizeram com algum tipo de inconsistência no referido ano. Já com relação as demais variáveis orçamentárias, foram excluídos aqueles que omitiram a declaração dos dados ou os declararam com inconsistências, de modo a inviabilizar o cálculo das variáveis orçamentárias. A Tabela 1 detalha como foi realizada a seleção da amostra:

Tabela 1

Seleção da amostra (balanceada e não balanceada)

<i>Detalhamento da seleção da amostra</i>	<i>2015</i>	<i>2016</i>	<i>2017</i>	<i>2018</i>	<i>2019</i>	<i>2020</i>	<i>2021</i>	<i>2022</i>	<i>Total</i>
---	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	--------------

<i>População</i>	417	417	417	417	417	417	417	417	3336
<i>Municípios com dados declarados de Restos a pagar (A)</i>	326	288	333	392	382	375	372	393	2861
<i>Exclusão de municípios com algum tipo de problema nos dados declarados de Restos a pagar (B)</i>	22	15	15	8	21	27	22	24	154
<i>Municípios com dados consistentes em Restos a Pagar (C = A - B)</i>	304	273	318	384	361	348	350	369	2707
<i>Percentual observado (D = [C / 417] * 100)</i>	72,90	65,47	76,26	92,09	86,57	83,45	83,93	88,49	81,15
<i>Exclusão de municípios com problemas nos dados declarados nas demais informações orçamentárias (E)</i>	31	30	2	1	0	3	0	0	67
<i>Amostra da pesquisa para o modelo não balanceado (F = C - E)</i>	273	243	316	383	361	345	350	369	2640
<i>Percentual observado no modelo não balanceado (G = [F / 417] * 100)</i>	65,47	58,27	75,78	91,85	86,57	82,73	83,93	88,49	79,14
<i>Exclusão de municípios para balanceamento (H)</i>	138	108	181	248	226	210	215	234	1560
<i>Amostra da pesquisa para o modelo balanceado (I = F - H)</i>	135	1080							
<i>Percentual observado no modelo balanceado (J = [I / 417] * 100)</i>	32,37								

Os dados da pesquisa foram tratados e analisados através do software estatístico RStudio e coletados utilizando o pacote rsiconfi, desenvolvido pelos auditores da Secretaria do Tesouro Nacional e o pacote base dos dados, desenvolvido pelo site Base dos Dados. Em relação aos dados orçamentários, foram utilizados os anexos I, III e VII do RREO, com a complementação dos dados faltantes obtidos através dos portais da transparência municipal e diários oficiais as contas que foram selecionadas encontram. Para os dados populacionais, econômicos e eleitorais, foram utilizados os dados do *datalake* público do site Base dos Dados através de tabelas tratadas cujas fontes originais foram o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), respectivamente.

O espaço temporal contemplado neste estudo é relativo aos exercícios sociais de 2015 a 2022. O período escolhido servirá para analisar duas eleições e seus períodos pré-eleitorais e

pós-eleitorais, além de ser um recorte temporal que permite explorar de forma adequada os impactos das características dos prefeitos consideradas nesta pesquisa

4.2 Variáveis da pesquisa

Na literatura sobre gerenciamento de resultados, várias medidas são utilizadas para capturar evidências dessa prática, mas os modelos que detectam os *accruals* discricionários são os preferidos pelos pesquisadores (Schumann et al., 2023). Para este estudo, a detecção de práticas de gerenciamento de resultados foi estimada através de *accruals* discricionários orçamentários, conforme modelo de Araújo et al. (2023), onde utiliza como *proxy* para o gerenciamento de resultados, a anormalidade dos *accruals* orçamentários, que detecta a parte discricionária dos *accruals* totais, uma vez que as receitas orçamentárias são reconhecidas pelo regime de caixa, o gerenciamento de resultados por *accruals* orçamentários só será possível de ser realizado através das despesas. A Equação 01 descreve a despesa governamental.

$$DE_{it} = DEP_{it} + RP_{it} \quad (01)$$

Onde:

DE_{it} = despesa empenhada do governo i no período t .

DEP_{it} = pagamentos realizados pelo governo i no período t .

RP_{it} = restos a pagar do governo i no período t .

Considerando que a legislação brasileira permite postergar a execução total da despesa empenhada de um ano para outros anos, de forma discricionária para alguns casos, como atividades específicas e em outros de forma obrigatória como despesas de custeio ou mesmo emendas parlamentares, é possível inferir que há *accruals* discricionários e não discricionários, o que pode causar distorção acerca da execução do orçamento, prejudicando assim a qualidade da informação. Deste modo, tem-se o cálculo dos *accruals* totais, por meio da equação 02.

$$TOA_{it} = \left[\frac{RP_{it} - (PagRP_{it} + CanRP_{it})}{DespTot_{it}} \right] \quad (02)$$

Onde:

TOA_{it} = *accruals* orçamentários totais do governo i , no período t ;

RP_{it} = restos a pagar apurados ao final do período t , a serem inscritos no período $t+1$;
 $PagRP_{it}$ = pagamento dos restos a pagar realizados no período t , do governo i ;
 $CanRP_{it}$ = cancelamento dos restos a pagar realizados no período t , do governo i e
 $DespTot_{it}$ = despesa total fixada do governo i , no período t .

Assim, Araújo et al. (2023) definem a seguinte equação para estimar os *accruals* orçamentários discricionários, conforme a equação 03.

$$TOA_{it} = \alpha + \beta_1 \Delta DCap_{it} + \beta_2 RecProp_{it} + \beta_3 DAR_{it} + \gamma_1 \Delta RCORR_{it} + \gamma_2 TO_{it} + \gamma_3 RPANT_{it} + \gamma_i + \delta_t + \varepsilon \quad (03)$$

Onde:

TOA_{it} = *accruals* orçamentários totais do governo i , no período t , calculados por meio da equação 02;

$DCap_{it}$ = variação da despesa de capital do município i , para o período t , ponderada pelo total da despesa empenhada do período t ;

$RecProp_{it}$ = desempenho da arrecadação dos recursos próprios, obtidos por meio da proporção da receita tributária arrecadada em relação à planejada do município i , no período t ;

DAR_{it} = desempenho total da arrecadação em relação ao planejado do município i , no período t ;

$RCorr_{it}$ = variação da receita corrente líquida de capital do município i , para o período t , ponderada pelo total da despesa empenhada do período t ;

TO_{it} = tamanho do orçamento obtido por meio do logaritmo natural do total da despesa empenhada no município i , no período t ;

$RPANT_{it}$ = logaritmo natural do total de restos a pagar oriundos do período $t-1$;

γ_i = é um vetor de efeitos fixos de município para a unidade i , capturando características fixas específicas de cada município que podem influenciar o gerenciamento de resultados;

δ_t = é um vetor de efeitos fixos de ano para o período t , capturando características fixas específicas de cada ano que podem afetar o gerenciamento de resultados e

ε = erro da regressão, ou seja, fatores não especificados na regressão, portanto representam os *accruals* orçamentários discricionários.

Para investigar o gerenciamento de resultados no contexto do setor público se faz necessário considerar o efeito das eleições sobre as escolhas contábeis que o prefeito está suscetível. As eleições se mostram um determinante para o gerenciamento de resultados dentro do contexto do setor público (Anessi-Pessina & Sicilia, 2019).

O ciclo eleitoral é um fator fundamental no contexto desta pesquisa, pois um dos principais incentivos que os resultados das pesquisas revelam existir para que os gestores públicos gerenciem resultados é o sucesso eleitoral. Sem dúvidas, um dos objetivos das manipulações que envolvem orçamento tem teor político (Anessi-Pessina & Sicilia, 2020). Considerando o gerenciamento de resultados pela perspectiva da Teoria do Ciclo Político, em anos pré-eleitorais ou eleitorais haverá um aumento das despesas, ou seja, o período eleitoral servirá como incentivo político para o gerenciamento de resultados.

As variáveis para avaliar as características observáveis dos prefeitos eleitos, decorrem dos dados autodeclarados pelos então candidatos e foram traduzidas em variáveis binárias, afim de isolar as características dos indivíduos em dois grupos segmentados, o que apesar de limitado, apresentou-se como a melhor estratégia metodológica encontrada.

O gênero do prefeito é uma variável *dummy*, que assume valor 1 para masculino e 0 para feminino. A idade é uma variável *dummy*, que captura, a partir da média, os prefeitos mais novos, assumindo valor 1 para prefeitos que no ano t possuem menos de 51 anos e 0 para os gestores que possuem mais que 51 anos no governo local i . A experiência prévia é uma variável dicotômica, que assume 1 para as ocupações informadas no que se referem a um cargo político ou profissões que precisem de formação prévia em negócios (administrador, contador e economista). Por fim, a educação é uma variável dicotômica, que avalia se o prefeito possui ensino superior incompleto ou completo, que assume valor 1 para ensino superior e 0 nos demais casos de escolaridade.

A figura 1 sintetiza as variáveis referentes às características observáveis dos prefeitos.

Figura 1

Definição e mensuração das características dos gestores.

Variável	Sigla	Forma de Cálculo	Bibliografia
Gênero	masculino	Variável <i>dummy</i> , que assume valor 1 se o prefeito declarar gênero masculino e 0 para	Harris et al. (2019); Anessi-Pessina e Sicilia (2020); Donatella e Tagesson

		feminino	(2021); Kim (2021); Sun, et al. (2019)
Idade	idade	variável <i>dummy</i> , que captura os prefeitos mais novos, a parte da média da idade de todos os prefeitos que compõe a amostra, assumindo valor 1 para prefeitos que no ano t possuem menos de 51 anos e 0 para os gestores que possuem mais que 51 anos no governo local i	Anessi-Pessina e Sicilia (2020); Rakhman e Wijayana (2019); Avellanda e Gomes (2015); Kim (2021); Rakhman e Wijayana (2019)
Experiência Funcional	exp_previa	Variável <i>dummy</i> , que assume 1 para as ocupações informadas que se referem a um cargo político ou profissões que precisem de formação prévia em negócios (administrador, contador e economista).	Donatella e Tagensson (2021); Kim (2021)
Educação formal	educacao	variável <i>dummy</i> , que assume valor 1 para ensino superior (completo ou incompleto) e 0 nos demais casos de escolaridade.	Avellanda e Gomes (2015); Anessi-Pessina e Sicilia (2020); Kim (2021)

4.3 Análise Econométrica

A primeira parte da análise econométrica, concentrou-se na H1. Consiste na análise da relação do gerenciamento de resultados orçamentários com o ciclo eleitoral, isto é, verificar a

relação do ciclo eleitoral no comportamento oportunista dos prefeitos em anos pré-eleitorais e eleitorais. Esta relação foi medida através da adaptação do modelo proposto por Araújo et al. (2023), conforme a equação (04).

$$DOA_{it} = \beta_0 + \beta_1 E_t + \beta_2 PrE_t + \gamma_i + \delta_t + \varepsilon \quad (04)$$

DOA_{it} = erro da regressão disposta na equação (03) que correspondem aos *accruals* orçamentários discricionários do governo i , no período t ;

E_t = ano eleitoral, sendo uma variável *dummy*, em que 1 assinala o ano eleitoral e 0 para os demais;

PrE_t = ano pré-eleitoral, sendo uma variável *dummy*, sendo que 1 assinala o ano que antecede as eleições e 0 para os demais;

γ_i = é um vetor de efeitos fixos de município para a unidade i , capturando características fixas específicas de cada município que podem influenciar o gerenciamento de resultados;

δ_t = é um vetor de efeitos fixos de ano para o período t , capturando características fixas específicas de cada ano que podem afetar o gerenciamento de resultados e

ε = erro da regressão

O efeito eleitoral será operacionalizado através de duas variáveis: uma eleitoral e outra pré-eleitoral para o ano imediatamente anterior. Quando as variáveis de interesse apresentarem significância, o sinal esperado é negativo para o ano eleitoral (refletindo a reversão dos *accruals* orçamentários discricionários) e positivo para o ano pré-eleitoral (para refletir um carregamento de restos a pagar, evidenciando o gerenciamento de resultados no ciclo eleitoral).

Para responder ao objetivo da pesquisa, após a análise inicial (Equação 04), foram introduzidas as características dos gestores como potenciais mediadoras dessas relações. Isto é, buscou-se evidências se características como ensino superior, idade, gênero e experiência prévia podem intensificar ou mesmo atenuar a relação pretérita. Para isso, no primeiro momento, por meio da Equação 05, buscou-se compreender as associações dessas características com os *accruals* orçamentários discricionários, com o objetivo de obter um diagnóstico se essas características estão associadas com o volume de gerenciamento, via restos a pagar.

$$DOA_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 educacao_{i,t} + \beta_2 idade_{i,t} + \beta_3 masculino_{i,t} + \beta_4 exp_previa_{i,t} + \gamma_i + \delta_t + \varepsilon_{i,t} \quad (05)$$

Onde:

$DOA_{i,t}$ = erro da regressão disposta na equação (03) que correspondem aos *accruals* orçamentários discricionários do governo i no período t ;

$educacao_{i,t}$ = variável *dummy* que verifica se o prefeito possui ensino superior completo ou incompleto de acordo com a sua declaração no momento da candidatura, que assume valor 1 para ensino superior e 0 caso contrário;

$idade_{i,t}$ = idade dos prefeitos para a unidade i (município) no período t (ano);

$masculino_{i,t}$ = variável *dummy* que identifica o gênero dos prefeitos dos municípios baianos no momento da candidatura, que assume valor 1 é para masculino e 0 para feminino;

$exp_previa_{i,t}$ = variável *dummy* que verifica se o prefeito possui experiência prévia de acordo com a sua ocupação autodeclarada no momento da candidatura, que assume valor 1 quando há experiência prévia e 0 caso contrário;

β_0 é o intercepto da equação;

β_1 e β_2 = são os coeficientes associados às variáveis independentes, que mostram o impacto dessas motivações no gerenciamento de resultados orçamentários;

γ_i = é um vetor de efeitos fixos de município para a unidade i , capturando características fixas específicas de cada município que podem influenciar o gerenciamento de resultados.

δ_t = é um vetor de efeitos fixos de ano para o período t , capturando características fixas específicas de cada ano que podem afetar o gerenciamento de resultados.

ε_{it} = é o termo de erro aleatório.

Finalmente, para observar se as características individuais dos gestores podem intensificar ou atenuar as relações entre o gerenciamento e as variáveis representativas das motivações, foram consideradas as interações entre as variáveis do ciclo eleitoral com as características dos gestores dos municípios baianos, conforme Equação 06.

$$DOA_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 E_t + \beta_2 PrE_t + \beta_2 \text{caracteristicas}_{i,t} + \beta_2 E * \text{caracteristicas}_{i,t} + \beta_2 PrE * \text{caracteristica dos prefeitos}_{i,t} + \gamma_i + \delta_t + \varepsilon_{i,t} \quad (06)$$

Em termos de interpretação e análise do modelo, a relação positiva significa que o aumento de uma unidade da variável independente provoca o aumento de uma unidade de

accruals discricionários orçamentários, ou seja, maior será a manipulação de resultados. Do mesmo modo que a relação negativa entre as variáveis independentes e os *accruals* orçamentários discricionários denotam uma reversão do gerenciamento de resultados pelo prefeito.

Todas as regressões foram estimadas em painel de dados, pelo método *Ordinary Least Squares (OLS)*, para agregar e controlar todos os efeitos não observáveis municipais que não mudam ao longo do tempo. Para simplificar a interpretação dos parâmetros e reduzir ainda mais os problemas de multicolinearidade, todas as variáveis independentes e contínuas foram centralizadas. A presença de heterocedasticidade foi detectada pelo teste de Breusch-Pagan e controlada com especificações que produziram estimativas robustas de erro padrão. A presença de multicolinearidade foi rejeitada com base em todas as pontuações VIF (fatores de inflação de variância) para todos os modelos de regressão sendo inferiores ao limite crítico de 5 (Hair et al. 2010).

5 RESULTADOS E DISCURSÕES

5.1 Estatísticas descritivas

A Tabela 2 reporta as estatísticas descritivas das variáveis do estudo.

Tabela 2

Estatísticas descritivas das variáveis quantitativas relativas às estimativas de gerenciamento de resultados orçamentários anormais

Variável	Média	Desvio-padrão	Mediana	Mín	Máx
TOA	-0.01	0.03	-0.01	-0.08	0.10
DOA	0.000	0.021	0.001	-0.055	0.049
Dcap	-0.01	0.04	-0.01	-0.13	0.10
RecProp	110	47	102	35	261
DAR	99	18	97	63	149
RCorr	-0.10	0.13	-0.10	-0.48	0.31
TO	17.94	0.80	17.78	16.74	20.27

RPANT	13.84	2.66	14.26	0.00	17.32
Idade	51	11	50	21	88

Para as variáveis quantitativas, as estatísticas gerais utilizadas neste estudo são a média, desvio-padrão, mediana e valores mínimos e máximos. Em média, os municípios arrecadam um total de receitas semelhante àquilo que preveem (DAR, 99%), resultados que guardam coerência com os estudos de Araújo et al. (2023) e arrecadam mais receitas tributárias do que planejam (RecProp, 110%). As variáveis restantes – receitas próprias (RECPRO), tamanho do orçamento (TO) e restos a pagar anteriores (RPANT) – foram devidamente ponderadas para refletir a relevância de cada uma no contexto de seu respectivo orçamento.

Em conformidade com os resultados de Araújo et al. (2023), observa-se que o carregamento dos restos a pagar acumulados do exercício financeiro anterior tem peso considerável (RPANT, 13.84), se comparado com o peso do tamanho do orçamento (TO, 17.94).

Tabela 3

Estatísticas descritivas das variáveis qualitativas do estudo

Variável	%
Masculino	88
Feminino	12
Experiência funcional	
Sim	33
Não	67
Educação formal	
Sim	60
Não	40

Diante das estatísticas descritivas das variáveis qualitativas sugere que, em perfil médio, os prefeitos baianos são homens, em torno dos 51 anos, com algum tipo de experiência funcional anterior em negócios ou experiência na política e sem ensino superior. Esse perfil guarda proporção ao encontrado no cenário nacional ao longo das legislaturas, bem como em estudos que comprovam o tipo de perfil que tem governado os governos sublocais brasileiros (Silva, 2020).

A sub-representação das prefeitas (18%) na amostra reflete a realidade brasileira, na qual as mulheres representam 52,8% da população brasileira (IBGE), mas a população em geral elege majoritariamente homens em cargos políticos. Para analisar este resultado, deve-se levar em consideração como tem sido feita a promoção da igualdade de gênero nas eleições municipais, a exemplo de como os recursos do fundo partidário estão sendo distribuídos para a candidatura, bem como quais os demais motivos para que os eleitores baianos não estejam elegendo prefeitas. Segundo da Silva et al. (2016), questões de gênero estão mescladas com questões socioeconômicas.

Apesar da idade mínima estabelecida na Constituição Federal de 1988, para ocupar o cargo de prefeito ser de 21 anos, a média de idade dos candidatos e dos prefeitos é bem superior a esse patamar mínimo, assim como mais da metade dos prefeitos possuem mais de 51 anos, conforme pode ser visto na Tabela 3. Estes resultados são similares aos de Silva (2020), que comprova o envelhecimento dos políticos brasileiros ao longo do tempo.

Em termos de escolaridade apenas os analfabetos não podem ser votados, conforme a legislação vigente no Brasil. Sendo assim, a maior parte (60%) dos prefeitos eleitos possuíam, no ano da eleição, ensino superior completo ou incompleto, o que sugere que os eleitores desejam uma maior qualificação dos prefeitos baianos.

Em relação à experiência funcional anterior, um terço dos prefeitos possuem ocupação anterior referente a um cargo político ou profissões que precisem de formação prévia em negócios (administrador, contador e economista).

A Tabela 4 demonstra os coeficientes de correlação entre as variáveis orçamentárias do estudo, sendo *Pearson*, os números abaixo da diagonal e *Spearman*, os números acima da diagonal na horizontal.

Tabela 4

Correlações das variáveis orçamentárias

	<i>TOA</i>	<i>DOA</i>	<i>RecProp</i>	<i>DAR</i>	<i>Dcap</i>	<i>TO</i>	<i>RCorr</i>	<i>RPANT</i>
<i>TOA</i>		0.69****	0.06**	0.05*	0.07**	-0.05*	0.01	-0.21****
<i>DOA</i>	0.69****		0.00	0.01	-0.01	0.00	0.00	-0.01
<i>RecProp</i>	0.06**	0.01		0.43****	-0.09***	0.12****	-0.16****	-0.03
<i>DAR</i>	0.09****	0.02	0.47****		-0.20****	0.29****	-0.47****	0.00
<i>Dcap</i>	0.07**	-0.01	-0.09****	-0.19****		-0.08***	0.08***	-0.05*
<i>TO</i>	-0.03	0.00	0.23****	0.37****	-0.11****		-0.07***	0.36****

RCorr	-0.02	0.01	-0.22****	-0.51****	0.17****	-0.14****	0.03
RPANT	-0.41****	-0.22****	0.01	0.00	-0.03	0.56****	0.02

Legenda: *, **, ***, **** = *significante ao nível de 10%, 5%, 1% e 0,01% respectivamente*

É possível observar que a correlação entre os *accruals* orçamentários totais (TOA) e *accruals* orçamentários discricionários (DOA) possuem uma correlação positiva forte (0.69). Ainda em relação aos *accruals* orçamentários totais, as variáveis RecProp, DAR e Dcap se mostraram positivamente correlacionadas, enquanto a variável RPANT negativamente correlacionada. Por outro lado, ao visualizar os *accruals* orçamentários discricionários (DOA), a Tabela 4 sugere uma forte correlação negativa apenas com os restos a pagar inscritos no período anterior (RPANT, -0.22).

5.2 Resultados dos Modelos Econométricos

A Tabela 5 apresenta os resultados, obtidos por meio da estimação da Equação 04, que capta o comportamento discricionário do gestor em função do período eleitoral. Os resultados apresentados indicam, em termos médios, a ausência de evidências de comportamento discricionário oportunista por parte dos gestores no ano que antecede o pleito. Isso é evidenciado pelo coeficiente negativo e sem significância estatística da variável PrE, que representa o ano pré-eleitoral. Portanto, não se pode inferir que, na média, os gestores municipais na Bahia busquem maximizar o orçamento no ano anterior à eleição sem executá-lo integralmente, com o propósito de reservar uma parcela significativa das dotações empenhadas para o ano eleitoral.

Tabela 5

Gerenciamento de resultados orçamentários frente ao período eleitoral

Variável	β	t	Sig.
E	-0.0212237	-5.57	0.000
PrE	-0.0042035	-0.95	0.342
Teste F:	0.0000		
R²:	0,0191		

N: 2021

Ainda de acordo com a Tabela 5, é possível observar, em termos médios, que a variável DOA apresenta uma relação negativa com os anos eleitorais (E: -0.0212237) e o coeficiente da variável apresentou relação negativa significativa (sig = 0.000), possibilitando a inferência já esperada de que o comportamento de reversão dos *accruals* continua no ano eleitoral. O R quadrado da regressão demonstra um baixo nível de aderência do modelo aos dados, fato comum em pesquisas de gerenciamento de resultados, uma vez que existem diversos outros fatores capazes de influenciar a dinâmica dos gastos públicos.

Nesse panorama, a H1 encontrou apoio parcial no sentido de que o ano eleitoral influencia negativamente os *accruals* orçamentários discricionários, porém não se pode inferir sobre o ano pré-eleitoral, por não apresentar resultados estatisticamente significantes.

Em relação aos estudos empíricos existentes, os resultados para o ano pré-eleitoral diferem dos resultados obtidos por Araújo et al. (2023), mas encontram coerência com os resultados obtidos por Silva e Freire (2020), que encontraram um coeficiente negativo para prática de manipulações orçamentárias fiscais nos municípios do centro-oeste brasileiro.

Em relação ao ano eleitoral, os resultados robustos obtidos nesta pesquisa guardam similaridade ao constatado por Queiroz et al. (2019), ao inferirem que os governadores brasileiros também reduzem gastos em ano eleitoral e Araújo et al. (2023), quando não foi observado carreamento por restos a pagar no ano eleitoral. Uma possível explicação para que os prefeitos baianos evitem carrear os restos a pagar em anos eleitorais, ainda que tenham lastro financeiro para fazê-los dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal, são os resultados de Wang et al. (2023) que sugerem a possibilidade de os políticos manipularem menos em período eleitoral por serem egoístas ao ponto de reduzirem a dívida dos entes governamentais, de forma a melhorar a imagem ante ao eleitorado.

A Tabela 6 apresenta os resultados obtidos por meio da estimação da equação 05, cuja justificativa foi explorar um diagnóstico inicial da relação direta entre as características dos prefeitos e o gerenciamento de resultados orçamentários, sem condicionantes. Como é possível observar, a variável idade revelou significância estatística e sinal negativo, indicando que, à medida que a idade do gestor aumenta, a probabilidade de manipulação nos resultados orçamentários diminui. Além disso, a experiência prévia demonstrou significância estatística com um sinal positivo, sugerindo que a bagagem de carreira exerce uma influência positiva nos *accruals* orçamentários discricionários. Acrescenta-se a presença da educação formal em

ensino superior atestando relação inversa ao gerenciamento de resultados, apresentando significância ao nível de 10%.

Tabela 6

Impacto das características observáveis dos prefeitos nos accruals discricionários

Variável	β	t	Sig.
educacao	-0.0111001	-1.77	0.076
idade	-0.00102	-3.27	0.001
feminino	0.0098492	1.13	0.257
exp_previa	0.176294	3.50	0.000
Teste F:	0.0001		
R ² :	0,0142		
N:	2018		

Embora nem todas as características dos gestores estejam diretamente relacionadas com os *accruals* orçamentários discricionários, conforme evidenciado na Tabela 6, é plausível que essas características desempenhem um papel mediador ao considerar o ciclo eleitoral como uma motivação subjacente ao gerenciamento de resultados orçamentários, coerente com a recomendação de Anessi-Pessina e Sicilia (2020).

A Tabela 7 apresenta as estimações referentes aos modelos derivados da Equação 06, de modo a analisar como as características observáveis neste estudo afetam individualmente o nível de *accruals* orçamentários discricionários quando em período eleitoral. Através de uma análise inicial dos resultados, verifica-se que o R quadrado dos resultados da Tabela 7 são maiores que o R quadrado da Tabela 6, a qual aborda todas as características em conjunto (0,0142). Assim, deduz-se que a capacidade explicativa das características dos prefeitos com o efeito do ciclo eleitoral tem uma maior previsão dos resultados que quando se desconsidera o período eleitoral ao analisar o nível de gerenciamento de resultados orçamentários.

Considerando o efeito mediador da característica de gênero, ao controlar os municípios em que o gestor é do sexo masculino, nota-se que a variável PrE, representando o ano anterior à eleição, apresenta significância estatística e sinal positivo apenas ao interagir com a variável "masculino" ($t = -2.26$; $sig = 0.031$). Isso sugere que, especificamente nos municípios baianos cujos prefeitos são do sexo masculino, há uma tendência de buscar maximizar o orçamento no

ano pré-eleitoral sem executá-lo integralmente. Essa estratégia visa possivelmente reservar uma parcela significativa das dotações empenhadas para o ano eleitoral subsequente.

Os resultados no tocante ao gênero corroboram com Anessi-Pessina e Sicilia (2019) que observaram uma menor probabilidade das CFO femininas que estão à frente da execução orçamental praticarem manipulação da receita orçamentária enquanto aguardam uma eleição. O impacto do gênero é consistente com a literatura anterior, em que homens são mais propensos a ter escolhas estratégicas arriscadas. Contudo, os estudos que não constataram a influência positiva do gênero masculino (Kim, 2021; Rasteiro, 2023) desconsideraram o efeito das eleições.

Outro efeito mediador que se mostrou estatisticamente significativo foi a idade dos prefeitos. Quando se controla a característica da idade, nota-se que a interação com o ano eleitoral, apresentou o sinal esperado, embora sem significância estatística. Em relação à variável PrE, representando o ano pré-eleitoral, apresenta significância estatística e sinal positivo apenas ao interagir com a variável "idade" ($t = 2.31$; $sig = 0.021$). Isso sugere que, no contexto dos municípios baianos os prefeitos mais novos possuem tendência de carregar o orçamento através de restos a pagar no ano anterior ao pleito eleitoral.

Os resultados vão ao encontro da Teoria dos Escalões Superiores, quando esta estipula que a idade está associada ao risco e a variabilidade (Hambrick & Mason, 1984). A resultados semelhantes Anessi-Pessina e Sicilia (2020) chegaram ao analisar a interação da idade com o aguardo das eleições nos municípios italianos, onde prefeitos mais velhos tendem a restringir a deturpação de receita.

Portanto, este resultado revela que o gênero e a idade podem desempenhar um papel importante para uma compreensão mais aprofundada das práticas de gerenciamento de resultados orçamentários, destacando a importância de considerar essas variáveis em análises subsequentes sobre o comportamento dos gestores municipais em períodos eleitorais, comprovando que realmente há uma lacuna na literatura que não conseguem perceber ou captar as diferentes reações dos indivíduos frente os acordos de incentivos (Hambrick, 2007).

Em relação às variáveis experiência prévia em gestão e educação formal estas não apresentaram significância estatística na interação com as variáveis representativas do ciclo eleitoral, pelo que não afetam o nível de manipulação de resultados orçamentários dos municípios baianos ($t = 1.49$; $sig = 0.136$; $t = 1.04$; $sig = 0.297$; $t = 0.66$; $sig = 0.512$; $t = -0.13$; $sig = 0.898$, respectivamente). Estudos prévios que incorporaram as características de experiência funcional prévia aos modelos de análise obtiveram resultados estatisticamente significativos, indicando que essas características, de alguma forma, influenciaram a qualidade

das informações reportadas (Donatella & Tagensson, 2019; Rakhman & Wijayana, 2019; Kim, 2021).

Tabela 7*Interação das características observáveis dos prefeitos com o ciclo eleitoral*

Variável	Gênero			Idade			Experiência funcional			Educação formal		
	β	t	Sig.	β	t	Sig.	β	t	Sig.	β	t	Sig.
E	-0.0167689	-4.41	0.000	-	-7.79	0.001	-	-	0.000	-	-7.73	0.000
PrE	-0.0147381	-3.26	0.001	0.0138783	-4.42	0.135	0.0169336	10.29	0.000	0.0166047	-2.16	0.031
masculino	-0.0068877	-2.05	0.040	0.0088469			0.0066105			0.0052749		
E*masculino	0.0014499	-0.36	0.721									
PrE*masculino	0.0104852	2.16	0.031									
idade				-	-0.21	0.833						
E*idade				0.0004395	-0.47	0.634						
PrE*idade				0.0011614	2.31	0.021						
exp_previa							-	-0.95	0.341			
E* exp_previa							0.0019104					
PrE*							0.0041479	1.49	0.136			
exp_previa							0.0037383	1.04	0.297			
educacao										-	-1.14	0.255
E*educacao										0.0026532	0.66	0.512
										0.0017936		

PrE*educacao				-	-0.13	0.898
				0.0004098		
Teste F:	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000		
R ² :	0,0826	0,0839	0,0802	0,0802		
N:	2020	2018	2018	2018		

Diante dos resultados reportados aqui, é possível acatar parcialmente as hipóteses H2a, pois, em termos médios, há uma maior probabilidade dos prefeitos baianos de se envolverem em gerenciamento de resultados orçamentários durante o ciclo eleitoral, em específico, no ano pré-eleitoral, quando estes são do gênero masculino. O mesmo conclui-se para prefeitos (independente do gênero) mais novos, em anos pré-eleitorais possuem uma probabilidade maior de praticar gerenciamento de resultados orçamentários, acatando-se parcialmente a H2b. Entretanto, como não houveram evidências estatísticas significantes para suportar as hipóteses de que os prefeitos com experiência prévia em gestão e com formação em ensino superior terão mais probabilidades de se envolverem em gerenciamento de resultados orçamentários no período eleitoral, não se pode acatar as hipóteses H2c e H2d.

Analisar características observáveis e não encontrar resultados confiáveis é um tanto compreensível, pois pessoas são complexas e outras características e vivências que foram utilizadas para chegar a uma posição de topo podem intervir mais que as observadas no estudo (Hambrick & Mason, 1984).

6 CONCLUSÕES

Este trabalho buscou investigar se as características de gênero, idade, educação e experiência prévia dos gestores municipais interferem na relação do gerenciamento de resultados orçamentários com o ciclo eleitoral, tendo os municípios baianos como amostra. Fundamentada na Teoria dos Ciclos Orçamentários Políticos e na Teoria dos Escalões Superiores, em que a figura de topo investigada foi o titular do executivo municipal, observou-se como ocorre o comportamento oportunista dos prefeitos ante ao ciclo eleitoral.

As evidências obtidas através de regressões em dados de painel, com efeitos fixos, possibilitaram verificar a reversão dos *accruals* orçamentários discricionários em anos eleitorais, embora não se possa afirmar o mesmo sobre o ano pré-eleitoral por ausência de significância dos resultados que comprovassem o carreamento de restos a pagar, formando-se assim o ciclo orçamentário político.

Confirmou-se também que tanto o gênero quanto a idade do gestor dos governos locais baianos impactam na execução do orçamento em anos pré-eleitorais, no contexto dos municípios baianos. Assim, espera-se que tantos os gestores do gênero masculino como os demais, ambos os gêneros e, também, mais novos assumam o risco de prejudicar a qualidade da informação, ou seja, agir de maneira oportunística nos anos que antecedem o pleito eleitoral.

Esta dissertação revela que a manipulação de resultados orçamentários é impactada diretamente pelo ciclo eleitoral e pelas características observáveis de gênero e idade.

Os resultados da pesquisa indicam e ampliam empiricamente sobre o perfil dos gestores que gerenciam os resultados. As análises realizadas comunicam que, quando em anos pré-eleitorais, os prefeitos do gênero masculino gerenciam mais resultados que prefeitas, do mesmo modo que prefeitos mais novos têm maior probabilidade de reservar o orçamento através dos restos a pagar.

Há também um avanço teórico ao comprovar que a Teoria dos Escalões Superiores é aplicável à contabilidade e que o gerenciamento de resultados orçamentários possui mais uma camada a ser considerada em suas análises.

Por fim, ressalta-se que esta pesquisa apresenta limitações, especificamente, o curto espaço temporal utilizado na amostra, os dados orçamentários informados pelos municípios, obtidos através da Secretaria do Tesouro Nacional, e por vezes divergentes dos dados constantes nos portais da Transparência municipais, além de considerar apenas o contexto dos municípios do estado da Bahia. Dessa forma, destaca-se que os resultados podem apresentar diferenças conforme a amostra escolhida. É pertinente mencionar que os *accruals* orçamentários

discricionários, utilizados como *proxy* para a manipulação de resultados foram estimados a partir do modelo de Araújo et al. (2023).

Para estudos adicionais, recomenda-se incluir mais membros que possuam influência na decisão da execução orçamentária, como o contador geral e o secretário de finanças, testar outros métodos de captura de gerenciamento de resultados, além de considerar aspectos da população votante, a fim de controlar a eficácia do comportamento oportunista.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA SANTOS, P. S. *et al.* Evidências de manipulação de resultados presupuestarios en el sector público: análisis cross-subnacional para el Brasil. **Cuadernos de Contabilidad**, 4 mar. 2019. v. 19, n. 48, p. 1–14.
- ANESSI-PESSINA, E.; SICILIA, M. Do Top Managers' Individual Characteristics Affect Accounting Manipulation in the Public Sector? **Journal of Public Administration Research and Theory**, 26 nov. 2019. Acesso em: 19 abr. 2020.
- ANTONIO LOPO MARTINEZ. Gerenciamento de resultados no Brasil: um survey da literatura. **DOAJ (DOAJ: Directory of Open Access Journals)**, 1 jan. 2013. Acesso em: 5 jul. 2024.
- AQUINO, A. C. B. De *et al.* Legitimizing the standard-setter of public sector accounting reforms. **Public Money & Management**, 2 jun. 2020. p. 1–10. Acesso em: 4 jul. 2020.
- ARAÚJO, R. J. R. De; QUEIROZ, D. B.; PAULO, E. Incentivos eleitorais e o gerenciamento de resultados orçamentários por meio de restos a pagar. **Revista de administração pública**, 21 jan. 2024. Acesso em: 5 jul. 2024.
- AVELLANEDA, C. N.; BELLO-GOMEZ, R. A.; CORREA GOMES, R. Municipal Fiscal Performance: Mayors' Gender and Organizational Human Resources. **Journal of Policy Studies**, 30 set. 2022. v. 37, n. 3. Acesso em: 11 dez. 2022.
- AZEVEDO, R. R. DE *et al.* Deadlines and software: disentangling local government accounting reforms in Brazil. **Public Money & Management**, 26 maio. 2020. v. 40, n. 7, p. 509–518. Acesso em: 2 maio 2021.
- BALDISSERA, J.; DEFAVERI, I. **GERENCIAMENTO DE RESULTADOS E CICLOS ELEITORAIS NOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ**. [S.l.]: [s.n.], 2019. Disponível em: <https://anpcont.org.br/pdf/2020_CSP321.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2024.
- BAPTISTA, E. M. B. Teoria em Gerenciamento de Resultados. **Revista de Contabilidade da UFBA**, 5 ago. 2009. v. 3, n. 2, p. 5–20. Acesso em: 5 jul. 2024.
- BARTOLUZZIO, A. I. S. De S.; ANJOS, L. C. M. Dos. Ciclos Políticos e Gestão Fiscal nos Municípios Brasileiros. **Revista de Administração Contemporânea**, abr. 2020. v. 24, n. 2, p. 167–180.
- BARTOLUZZIO, A. I. S. S. *et al.* **Ciclos Políticos e Eficiência dos Gastos com Educação: Evidências dos Municípios Paraibanos**. [S.l.]: [s.n.], 2018. Disponível em: <https://anpcont.org.br/pdf/2018_CPT344.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2024.
- BESSHO, S.; HIROTA, H. Do public account financial statements matter? Evidence from Japanese municipalities. **European Journal of Political Economy**, jan. 2023. p. 102358. Acesso em: 2 abr. 2023.
- BISOGNO, M.; DONATELLA, P. Earnings management in public-sector organizations: a structured literature review. **Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management**, 23 jun. 2021. v. ahead-of-print, n. ahead-of-print. Acesso em: 13 ago. 2021.

CODATO, A.; BERLATTO, F.; BOLOGNESI, B. Tipologia dos políticos de direita no Brasil: uma classificação empírica. **Análise Social**, 15 dez. 2018. v. LIII, n. 229, p. 870–897. Acesso em: 7 jan. 2022.

COHEN, S.; BISOGNO, M.; MALKOGIANNI, I. Earnings management in local governments: the role of political factors. **Journal of Applied Accounting Research**, 12 set. 2019. v. 20, n. 3, p. 331–348.

COSTA SOUZA, L.; ROCHA DE AZEVEDO, R.; CROZATTI, J. Dicotomias fiscais e distributivas dos ciclos político-orçamentários: análise da reserva de contingência nos municípios brasileiros. **Revista do Serviço Público**, 31 mar. 2021. v. 72, n. 01, p. 232–261. Acesso em: 2 jun. 2022.

COSTA, C. M.; SOARES, J. M. M. V. Jones Padrão e Jones Modificado: Um Tutorial de Gerenciamento de Resultados. **Revista de Administração Contemporânea**, 4 out. 2021. v. 26, p. e200305. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rac/a/kcrmDvnrGW96kZRzSCN7BGD/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 5 jul. 2024.

_____; _____. Standard Jones and Modified Jones: An Earnings Management Tutorial. **Revista de Administração Contemporânea**, 2022. v. 26, n. 2.

COSTA, F. M. Da; LEÃO, F. H. F. C. Gerenciamento de resultados e ciclo eleitoral em municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, maio. 2021. v. 55, n. 3, p. 697–715. Acesso em: 4 maio 2022.

COSTA, G. P. C. L. Da; GARTNER, I. R. Manipulação de informações contábeis no setor público brasileiro: evidências em dez casos pesquisados. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, 24 fev. 2016. v. 12, n. 26, p. 141. Acesso em: 5 set. 2022.

CRISPIM, G. *et al.* CICLO ORÇAMENTÁRIO POLÍTICO: UMA ANÁLISE NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, 30 jun. 2021. Acesso em: 2 jun. 2022.

DAHIS, R. *et al.* Data Basis: Universalizing Access to High-Quality Data. 18 jul. 2022.

DAL MAGRO, C. B.; LAVARDA, C. E. F.; KLANN, R. C. Abordagens de estudos sobre gerenciamento de resultados: Novas perspectivas a partir da análise bibliométrica. **Revista Mineira de Contabilidade**, 31 maio. 2019. v. 20, n. 1, p. 34–49. Acesso em: 10 mar. 2023.

DECHOW, P. M.; SLOAN, R. G.; SWEENEY, A. P. Detecting Earnings Management. **The Accounting Review**, 1995. v. 70, n. 2, p. 193–225. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/248303>>.

DINIZ, J. A. *et al.* Vantagens da Implantação das IPSAS na Contabilidade Pública Brasileira: Análise da percepção dos membros do GTCON. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, 30 set. 2015. v. 9, n. 3. Acesso em: 7 maio 2023.

DONATELLA, P. Is political competition a driver of financial performance adjustments? An examination of Swedish municipalities. **Public Money & Management**, 20 set. 2019. v. 40, n. 2, p. 122–130.

_____; RUNESSON, E.; TAGESSON, T. To manage or reserve accruals? Evidence from a balanced-budget requirement reform. **Public Money & Management**, 2 mar. 2023. p. 1–10.

_____; TAGESSON, T. CFO characteristics and opportunistic accounting choice in public sector organizations. **Journal of Management and Governance**, 31 jul. 2020.

DORN, F.; GAEBLER, S.; ROESEL, F. Ineffective fiscal rules? The effect of public sector accounting standards on budgets, efficiency, and accountability. **Public Choice**, 28 nov. 2019.

DREW, J. Playing for keeps: local government distortion of depreciation accruals in response to high-stakes public policy-making. **Public Money & Management**, 27 out. 2017. v. 38, n. 1, p. 57–64. Acesso em: 27 out. 2019.

FERREIRA, A.; CARVALHO, J.; PINHO, F. Earnings Management Around Zero: A motivation to local politician signalling competence. **Public Management Review**, jun. 2013. v. 15, n. 5, p. 657–686.

FERREIRA, F. R.; COSTA, F. M. Da. **GERENCIAMENTO DE RESULTADOS E “NOVA GESTÃO PÚBLICA”:** EVIDÊNCIAS NOS DEPARTAMENTOS GOVERNAMENTAIS AUSTRALIANOS. [S.l.]: [s.n.], 2011. Disponível em: <<https://anpcont.org.br/pdf/2011/CUE282.pdf>>. Acesso em: 5 jul. 2024.

FIELDS, T. D.; LYS, T. Z.; VINCENT, L. Empirical research on accounting choice. **Journal of Accounting and Economics**, set. 2001. v. 31, n. 1-3, p. 255–307.

GOEL, S. The Earnings Management Motivation: Accrual Accounting vs. Cash Accounting. **Australasian Accounting, Business and Finance Journal**, 2016. v. 10, n. 3.

GONÇALVES, T. J. De C. *et al.* A INFLUÊNCIA DOS CICLOS POLÍTICO-ORÇAMENTÁRIOS E DAS IDEOLOGIAS PARTIDÁRIAS NA DESPESA COM PESSOAL DOS ESTADOS BRASILEIROS. **Contabilidade Vista & Revista**, 23 jan. 2023. v. 33, n. 3, p. 205–226. Acesso em: 5 jul. 2024.

GRIN, E. J.; ABRUCIO, F. L. Governos locais: uma leitura introdutória. **repositorio.enap.gov.br**, 2019. Disponível em: <<http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4159>>. Acesso em: 5 jul. 2024.

GROSSI, G. *et al.* The future of public sector accounting research. A polyphonic debate. **Qualitative Research in Accounting & Management**, 3 jan. 2023. v. 20, n. 1, p. 1–37.

HAMBRICK, D. C. Upper Echelons Theory: An Update. **Academy of Management Review**, abr. 2007. v. 32, n. 2, p. 334–343. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/20159303>>.

_____; MASON, P. A. Upper Echelons: The Organization as a Reflection of Its Top Managers. **Academy of Management Review**, abr. 1984. v. 9, n. 2, p. 193–206.

HANDAYANI, D.; ABDULLAH, S. Determinan Manipulasi Akrual Dalam Pelaporan Keuangan Pemerintah Daerah. **Jurnal Reviu Akuntansi dan Keuangan**, 31 ago. 2022. v. 12, n. 2, p. 275–291. Acesso em: 6 maio 2024.

HARRIS, O.; KARL, J. B.; LAWRENCE, E. CEO compensation and earnings management: Does gender really matter? **Journal of Business Research**, maio. 2019. v. 98, p. 1–14.

Disponível em:

<<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S014829631930013X>>.

HEALY, P. M.; WAHLEN, J. M. A Review of the Earnings Management Literature and Its Implications for Standard Setting. **Accounting Horizons**, dez. 1999. v. 13, n. 4, p. 365–383.

HIEBL, M. R. W. Upper echelons theory in management accounting and control research. **Journal of Management Control**, 18 dez. 2013. v. 24, n. 3, p. 223–240. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s00187-013-0183-1>>.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: Managerial behavior, Agency Costs and Ownership Structure. **Journal of Financial Economics**, out. 1976. v. 3, n. 4, p. 305–360.

_____; _____. Teoria da firma: comportamento dos administradores, custos de agência e estrutura de propriedade. **Revista de Administração de Empresas**, jun. 2008. v. 48, n. 2, p. 87–125. Acesso em: 8 mar. 2021.

JIANG, Y. Meanings, Motivations and Techniques of Earnings Management. **Proceedings of the 2020 3rd International Conference on Humanities Education and Social Sciences (ICHESS 2020)**, 2020.

KIDO, N.; PETACCHI, R.; WEBER, J. The Influence of Elections on the Accounting Choices of Governmental Entities. **Journal of Accounting Research**, 23 mar. 2012. v. 50, n. 2, p. 443–476. Acesso em: 4 nov. 2019.

KIM, J. Extending upper echelon theory to top managers' characteristics, management practice, and quality of public service in local government. **Local Government Studies**, 14 fev. 2021. p. 1–22.

MILESI-FERRETTI, G. M. Good, bad or ugly? On the effects of fiscal rules with creative accounting. **Journal of Public Economics**, 1 jan. 2004. v. 88, n. 1, p. 377–394. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0047272702000762>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

MING-CHIA, C. The influence of workplace spirituality on motivations for earnings management: A study in Taiwans hospitality industry. **Journal of Hospitality Management and Tourism**, 31 jan. 2012. v. 3, n. 1, p. 1–11. Acesso em: 4 maio 2019.

NAKAGUMA, M. Y.; BENDER, S. Ciclos políticos e resultados eleitorais: um estudo sobre o comportamento do eleitor brasileiro. **Revista Brasileira de Economia**, mar. 2010. v. 64, n. 1, p. 3–24. Acesso em: 26 jan. 2020.

NORCROSS, E.; GONZALEZ, O. Ranking the States by Fiscal Condition. **SSRN Electronic Journal**, 2018. Acesso em: 20 maio 2021.

NORDHAUS, W. D. The Political Business Cycle. **The Review of Economic Studies**, 1975. v. 42, n. 2, p. 169–190.

OLIVEIRA, C. B. De; FONTES FILHO, J. R. Problemas de agência no setor público: o papel dos intermediadores da relação entre poder central e unidades executoras. **Revista de Administração Pública**, ago. 2017. v. 51, n. 4, p. 596–615. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/pdf/rap/v51n4/1982-3134-rap-51-04-00596.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2020.

PAGLIARUSSI, M. S. Precisamos escrever diferente. **Revista de Contabilidade e Organizações**, 18 fev. 2022. v. 16, p. e191894. Acesso em: 26 fev. 2023.

PAULO, E. **Manipulação das informações contábeis: uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados**. [S.l.]: [s.n.], 2015. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-28012008-113439/>>. Acesso em: 5 jul. 2024.

PELLICER, M. J. **EARNINGS MANAGEMENT IN ENGLISH LOCAL GOVERNMENTS**. [S.l.]: [s.n.], 2013.

PEREIRA, V. M.; COSTA, A. De J. B. Accrual financial reporting no setor público brasileiro : o estado da Arte à luz dos indicadores bibliométricos. **repositorio2.unb.br**, 2023. Disponível em: <<http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/46653>>. Acesso em: 5 jul. 2024.

PILCHER, R. Local governmental management of discretionary and specific accruals. **International Journal of Accounting, Auditing and Performance Evaluation**, 2011. v. 7, n. 1/2, p. 32. Acesso em: 22 jan. 2022.

QUEIROZ, D. B. De *et al.* Mandatos Eleitorais e Ciclos Político-Orçamentários: Evidências dos Estados Brasileiros. **Administração Pública e Gestão Social**, 1 abr. 2019. v. 11, p. 232–250. Acesso em: 5 mar. 2022.

RAKHMAN, F.; WIJAYANA, S. Determinants of Financial Reporting Quality in the Public Sector: Evidence from Indonesia. **The International Journal of Accounting**, set. 2019. v. 54, n. 03, p. 1950009. Acesso em: 8 jul. 2020.

RÍOS, A.-M. *et al.* The influence of transparency on budget forecast deviations in municipal governments. **Journal of Forecasting**, 6 fev. 2018. v. 37, n. 4, p. 457–474.

ROGOFF, K. Equilibrium Political Budget Cycles. **The American Economic Review**, 1990. v. 80, n. 1, p. 21–36. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2006731>>. Acesso em: 5 jul. 2024.

ROQUE, M.; DIAS, M.; GILÊNIO BORGES FERNANDES. Evidenciação e Passivos no setor público: o problema dos restos a pagar e das despesas de exercícios anteriores. **Anais do Congresso Brasileiro de Custos - ABC**, 1 jan. 2009.

ROYCHOWDHURY, S. Earnings Management through Real Activities Manipulation. **Journal of Accounting and Economics**, dez. 2006. v. 42, n. 3, p. 335–370.

SAKURAI, S. N.; MENEZES-FILHO, N. Opportunistic and partisan election cycles in Brazil: new evidence at the municipal level. **Public Choice**, 19 maio. 2010. v. 148, n. 1-2, p. 233–247.

SANTOS, P. S. A.; MACHADO, D. G.; SCARPIN, J. E. Gerenciamento de Resultados no Setor Público: Análise por meio das Contas Orçamentárias Outras Receitas e Despesas

Correntes dos Municípios de Santa Catarina. **Contabilidade Vista & Revista**, 29 abr. 2013. v. 23, n. 4, p. 15–43. Acesso em: 5 jul. 2024.

SANTOS, S. M. Dos; LEMES, S.; ALMEIDA, N. S. De. Evidências do impacto da religiosidade no gerenciamento de resultados no Brasil. **Revista de contabilidade e organizações**, 24 jul. 2022. v. 16, p. e186587–e186587. Acesso em: 1º jul. 2024.

SCHUMANN, F. *et al.* Does top management team diversity affect accounting quality? Empirical evidence from Germany. **Journal of Management and Governance**, 24 jan. 2023.

SILVA, E. B. **PRÁTICAS DE CONTABILIDADE CRIATIVA NOS ESTADOS BRASILEIROS: INFLUÊNCIAS DOS CICLOS ELEITORAIS**. Universidade de Brasília (UnB): [s.n.], 2018.

SILVA, N. O. Da; DE SOUZA FREIRE, F. GASTOS SOCIAIS E ACCOUNTING GIMMICKS: UMA PERCEPÇÃO DOS CICLOS POLÍTICOS ELEITORAIS NOS MUNICÍPIOS DO CENTRO-OESTE BRASILEIRO. **Contabilidade Vista & Revista**, 2 mar. 2021. v. 32, n. 1, p. 218–246. Acesso em: 20 maio 2022.

SILVA, S. M. C. DA; CASTRO CASA NOVA, S. P. DE; CARTER, D. B. Brazil, Racial Democracy? The Plight of Afro-descendent Women in Political Spaces. **Advances in Public Interest Accounting**, 9 nov. 2016. p. 29–55. Acesso em: 13 maio 2022.

SILVA, V. G. Da. ELEIÇÕES MUNICIPAIS NO BRASIL: UMA ANÁLISE NA EVOLUÇÃO DO PERFIL SOCIAL E IDEOLÓGICO DOS CANDIDATOS E DOS PREFEITOS ELEITOS EM 20 ANOS (1996 – 2016). **Revista Eletrônica de Ciência Política**, 5 maio. 2021. v. 11, n. 1. Acesso em: 14 jan. 2022.

SMITH, R. W.; BERTOZZI, M. Principals and agents: an explanatory model for public budgeting. **Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management**, mar. 1998. v. 10, n. 3, p. 325–353. Acesso em: 30 mar. 2021.

STALEBRINK, O. J. AN INVESTIGATION OF DISCRETIONARY ACCRUALS AND SURPLUS-DEFICIT MANAGEMENT: EVIDENCE FROM SWEDISH MUNICIPALITIES. **Financial Accountability & Management**, nov. 2007. v. 23, n. 4, p. 441–458. Acesso em: 23 abr. 2020.

_____; DONATELLA, P. Public Pension Governance and Opportunistic Accounting Choice: A Politico-Economic Approach. **The American Review of Public Administration**, 10 set. 2020. v. 51, n. 3, p. 227–245.

WANG, X.; BOHN, F.; VEIGA, F. J. When do more selfish politicians manipulate less, not more? **European Journal of Political Economy**, out. 2022. p. 102320. Acesso em: 5 dez. 2022.

WATTS, R. L. Conservatism in Accounting Part II: Evidence and Research Opportunities. **Accounting Horizons**, dez. 2003. v. 17, n. 4, p. 287–301. Acesso em: 27 out. 2019.

ZIMMERMAN, J. L. The Municipal Accounting Maze: An Analysis of Political Incentives. **Journal of Accounting Research**, 1977. v. 15, p. 107.